

# CLIPPING

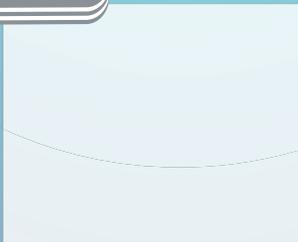


## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## ECONOMIA

# Indústria de leite pode ficar sem incentivo

**LÁCTEOS** Governador sinaliza a possibilidade de cortar benefício dos importadores da matéria-prima e deixa laticínios goianos apreensivos

Lucia Monteiro  
lucia.monteiro@opopular.com.br

Grandes indústrias de leite instaladas em Goiás que importam a matéria-prima estão preocupadas com a possibilidade de perderem seus incentivos fiscais. O governador Ronaldo Calado sinalizou essa intenção durante o Encontro do Movimento dos Produtores de Leite do Brasil, realizado na última segunda-feira, na sede da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Fapag). O Estado, que já chegou a ser o segundo maior produtor do País, hoje só ocupa a quinta posição.

O diretor executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado (Sind Leite), Alfredo Luiz Correia, lembra que Goiás até era exportador da matéria-prima, que era processada em outros Estados, gerando empregos por lá. Hoje, os laticínios locais importam mais de um milhão de litros para processar aqui, gerando mais empregos e impostos. "Essas empresas goianas têm unidades em vários outros países e o produto in natura de outros Estados. Elas processam cerca de 9 milhões de litros diariamente, mas a produção goiana é de cerca de 7,5 milhões de litros dia, segundo o Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag). O Estado, que já chegou a ser o segundo maior produtor do País, hoje só ocupa a quinta posição.

O diretor executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado (Sind Leite), Alfredo Luiz Correia, lembra que Goiás até era exportador da matéria-prima, que era processada em outros Estados, gerando empregos por lá. Hoje, os laticínios locais importam mais de um milhão de litros para processar aqui, gerando mais empregos e impostos. "Essas empresas goianas têm unidades em vários outros países e o produto in natura de outros Estados. Elas processam cerca de 9 milhões de litros diariamente, mas a produção goiana é de cerca de 7,5 milhões de litros dia, segundo o Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag). O Estado, que já chegou a ser o segundo maior produtor do País, hoje só ocupa a quinta posição.

O diretor executivo do Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado (Sind Leite), Alfredo Luiz Correia, lembra que Goiás até era exportador da matéria-prima, que era processada em outros Estados, gerando empregos por lá. Hoje, os laticínios locais importam mais de um milhão de litros para processar aqui, gerando mais empregos e impostos. "Essas empresas goianas têm unidades em vários outros países e o produto in natura de outros Estados. Elas processam cerca de 9 milhões de litros diariamente, mas a produção goiana é de cerca de 7,5 milhões de litros dia, segundo o Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag). O Estado, que já chegou a ser o segundo maior produtor do País, hoje só ocupa a quinta posição.



Alfredo Luiz Correia, diretor executivo do Sind Leite: "Aqui, quanto mais se produz, mais se reduz o incentivo"

Se o governo cortar os incentivos, essa importação pode ser feita por lá, reduzindo o processamento e a geração de emprego nas unidades goianas", adverte.

### CAPACIDADE

Alfredo lembra que as indústrias fizeram pesados investimentos para ampliar a produção no Estado e, hoje, contam com uma capacidade para processamento de 15 milhões de litros diários, mas só produzem 9 milhões de litros. "Grandes indústrias que estavam aqui, como a Par-

malat, LeltBom, já fecharam as portas, sem falar nas antigas unidades da Nestlé que não estão mais com ela", destaca.

Para o diretor executivo do Sind Leite, a perda de incentivos fiscais pelas indústrias importadoras pode resultar no fechamento de muitas empresas no Estado e na perda de empregos. Ele dá o exemplo de marcas como a Piracanjuba, que também tem unidades em Minas Gerais e nos Estados do Rio Grande do Sul, e a Italcac, que também produz em fábricas localizadas em São Paulo e Estados do Sul do País. "Esses dias só

alguns exemplos de empresas que podem produzir mais em outro lugar", diz.

Alfredo também afirma que a carga tributária efetiva sobre os produtos lácteos em Goiás já é maior que a dos demais Estados produtores: 2,39% na venda para São Paulo, depois do Protege. Já em Minas Gerais, essa alíquota é de apenas 1% na venda para o mercado paulista. "Aqui, quanto mais se produz, mais se reduz o incentivo. Se cortar o incentivo, a carga chegará a 3,46%. Com quem vamos conseguir competir?"

## Para produtores, preço desmotiva a produção

Durante o evento na Fapag, os produtores de leite se queixaram dos baixos preços recebidos da indústria. Mas, segundo o diretor executivo do Sind Leite, dados do IPCA e Fipe mostram que os pecuaristas elevaram sua margem de participação normal de venda do leite UHT de 38,94% em 2015 para atuais 53,33%, enquanto a indústria teve uma redução de 37,72% para 24,27%. Ele também afirma que o preço médio do produto em Goiás é um dos maiores do País (média de R\$ 1,48 em junho) e o valor médio em dólar no Brasil supera o praticado em países como Nova Zelândia, Uruguai e Argentina.

O Sind Leite alega que a produção goiana de leite está em queda, por isso não atende a demanda da indústria. Uma das

queixas dos produtores seria o alto custo de produção. "Em todos os elos da cadeia, é preciso profissionalização para acompanhar a evolução mundial e produzir com mais eficiência e lucro", diz Alfredo Correia.

Os produtores atribuem a queda da produção aos baixos preços pagos pelo produto. A principal demanda apresentada pela categoria é a previsibilidade do preço. Em julho, os preços teriam caído até R\$ 0,30, com o litro ficando próximo de R\$ 1. Edson Novaes, diretor técnico do Ifag, alega que a produção de leite no Estado poderia ser muito maior para atender a indústria, se não fossem os baixos preços atuais.

Segundo ele, os valores praticados no mercado local em vários momentos levam os produtores a "pisar no freio da produção" para não ficar no prejuízo. "Se as indústrias pagassem preços mais justos, com certeza a produção aumentaria para atender a demanda", acredita Edson. Para ele, o fato das indústrias importarem muito leite avilta ainda mais os preços e prejudica a produção local.

A assessoria do Governo de Goiás informou que a possibilidade de suspensão dos incentivos das indústrias importadoras é uma demanda dos produtores e que o assunto que ainda será discutido nos próximos dias, ainda sem nenhuma decisão.

“Se as indústrias pagassem preços mais justos, com certeza a produção aumentaria para atender a demanda”

Edson Novaes,  
diretor técnico do Ifag



## Marconi é citado em nova denúncia

O ex-governador enfrentou mais duas ações do MPGO e já teve um bloqueio de mais de R\$ 1 milhão

**Dayrel Godinho**  
Especial para O Hoje

Com duas ações contrárias e um parecer favorável, semana do ex-governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), é marcada por ações do Ministério Público de Goiás (MPGO) contra o tucano. Ontem o MPGO, inclusive, divulgou mais uma ação civil pública contra Perillo. Desta vez o Órgão solicita o bloqueio de R\$ 197 mil do tucano, por estar usando aeronaves em benefício próprio durante o pleito de 2006.

O ex-chefe de Gabinete Militar do Estado de Goiás, Sebastião Vaz, também foi acionado pelo MPGO. Como ele estava no exercício de um cargo público, responderá pelo ato de improbidade administrativa. Sem cargo, Marconi não responderá por improbidade administrativa, no en-



Humberto Silva

**Marconi Perillo não responderá por improbidade administrativa nesta nova ação judicial**

tanto como tinha conhecimento do fato na qualidade de funcionário público, e ter sido beneficiado de um ato de improbidade, o ex-governador responderá por esta situação.

Dentre as justificativas para o ato de improbidade cometido por Sebastião Vaz, o promotor cita "ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, du-

rante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado".

Esta ação, que foi investigada pelo promotor de Justiça Fernando Krebs, aciona Marconi por ter utilizado aeronaves para viagens para outros estados e, também, para municípios de Goiás. Foram seis viagens com retorno à Goiânia, sendo que, em uma delas, o ex-governador ao sair de Porangatu, foi à Brasília, e retornou.

Duas destas viagens aconteceram durante o período eleitoral, quando o ex-gover-

nador, já fora sem mandato por estar concorrendo ao cargo de senador, utilizou este avião para viagens. A mais cara, de acordo com a ação, custou R\$ 4,6 mil de ida e volta, para o Rio de Janeiro. Ao total foram R\$ 13 mil em viagens.

### Outras ações

A primeira negativa contra o tucano foi divulgada na segunda-feira (25), quando após mais uma ação do MPGO, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) acatou uma ação determinando o bloqueio

de R\$ 1,4 milhões do ex-governador. A motivação do bloqueio foi em razão de renúncia fiscal de Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), promovida pelo tucano enquanto estava no governo de Goiás. Esta renúncia estaria em desobediência à Lei estadual, que fixa a responsabilidade na gestão fiscal.

O parecer favorável ao tucano veio também do MPGO, dois dias após a primeira negativa. A Procuradoria-Geral de Justiça Órgão emitiu um parecer pela manutenção da suspensão do parecer do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que rejeitava as contas de Marconi Perillo e de José Eliton (PSDB), referentes ao ano de 2018. O parecer também recomendou que seja anulada a sessão que emitiu este parecer desfavorável.

A motivação do parecer o favorável acatando as solicitações da defesa dos ex-gestores, foi que, durante o julgamento do Órgão em plenário, o Parecer Prévio das Contas referentes ao exercício de 2018 não respeitou o direito constitucional ao contraditório. O que, inclusive, foi questionado durante a sessão, no entanto não foi respeitado.



## Fio Direto

**SUELY ARANTES**

*arantes.sueli@gmail.com*

### **Mudança vigiada**

A transferência de qualquer patrimônio dos setores do Tribunal de Contas do Estado somente pode ser feita mediante prévia comunicação ao Serviço de Material e Patrimônio e com o preenchimento do termo de movimentação interna de patrimônio.

### **Cadastro**

O alerta é do chefe da unidade, Silvio Rubens, destacando que a Resolução Administrativa nº 02/2014, proíbe todos os setores do TCE de transferir, receber ou mudar para outro local qualquer móvel, maquinário e outros que estiverem cadastrados no Serviço de Material e Patrimônio.



## Xadrez

Rubens Salomão | [xadrez@ohoje.com.br](mailto:xadrez@ohoje.com.br)

### Ciro: “imposições pelo RRF são negativas aos estados”

O ex-presidenciável **Ciro Gomes** (PDT) confirma a impressão pessimista de parte da base aliada ao governador **Ronaldo Caiado** (DEM) sobre a adesão de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Para o ex-ministro e ex-governador do Ceará, as determinações da Lei Complementar 159/2017 são prejudiciais à gestão pública a médio e longo prazo. “É negativo porque o desenho que o governo federal tem imposto aos estados é muito amargo e não resolve o problema. Quem quiser duvidar disso, veja o que está acontecendo no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que são os que estão em situação mais delicada”, afirma.

Ciro aponta que Goiás tem “uma economia pujante” e que “a questão fiscal tem solução “antes de entrar na venda de ativos”. “Portanto, eu gostaria, amigo Ronaldo Caiado, que vocês achassem um caminho sem sacrificar mais ainda essa gente de Goiás”.



### A todos

Ciro Gomes diz ser amigo de todos os principais líderes políticos históricos do estado. “Sou amigo do Iris, do Ronaldo e fui do Marconi. Na verdade, continuo sendo amigo do Marconi”, contou à Rádio Sagres 730.



## GIRO



**Caio Henrique  
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

## *Lissauer quer comissão com poderes para debater RRF e visitar Estados*

O presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), sugeriu a auxiliares do governador Ronaldo Caiado (DEM) que seja criada uma comissão formada por representantes dos três poderes estaduais para estudar propostas do Regime de Recuperação Fiscal e verificar alternativas a ele. O pessebista tratou do assunto com os secretários Anderson Máximo (Casa Civil) e Ernesto Roller (Governo) durante a transferência da capital para Goiás. Conforme o apurado pela coluna, o pessebista repetiu que as medidas são “muito duras”, afirmou não estar convencido de que o RRF seja o melhor caminho e apontou para a necessidade de tomada de decisões conjuntas entre Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e tribunais de contas. O deputado também propôs que a comissão viaje ao Rio de Janeiro, primeiro Estado a aderir ao RRF, e Minas Gerais, que está em fase mais avançada de adesão do que o Rio Grande do Sul, para verificar detalhes dos procedimentos adotados e os efeitos dos mesmos.



PAULO BATTISTON, diretor financeiro da Saneago

## Saneago quer oferta de ações ainda este ano

O diretor financeiro da empresa, Paulo Battiston, explicou como é o processo e garantiu que ele não vai afetar a vida do consumidor

Mariana Carneiro  
mariana.carneiro@opopular.com.br

IPO (Initial Public Offering, em Inglês) ou Oferta Pública Inicial é quando uma empresa ou companhia vai para a bolsa de valores pela primeira vez. Atualmente, o Estado detém 99,9% das ações da empresa. O diretor financeiro de Relações com Investidores e Regulação da Saneago, Paulo Battiston, explicou que a companhia está se preparando desde o primeiro trimestre e pretende realizar a oferta no fim deste ano. A intenção principal, afirma o diretor, é aumentar a eficiência e trazer retorno financeiro tanto para a Saneago, quanto para o Governo.

**Inicialmente, pretendia-se ofertar apenas 25% das ações. Atualmente, fala-se de uma oferta de 49%. Como ficou essa questão?**

Isso vai depender, depois, do governador. Ele está dando um apoio forte a essa questão. O presidente (da Saneago) também. Por isso já estávamos trabalhando a questão há um tempo.

**Como está sendo o processo para realizar a Oferta Pública?**

Existem várias etapas para seguir. Primeiro a companhia vai ter de contratar bancos que farão um estudo sobre diversas questões, como a quantidade

de ações e quais seus tipos e valores, além de uma assessoria legal, que fará toda a parte burocrática. Depois, tem todas as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para se seguir. A companhia já está registrada na CVM e, apesar de ainda não estar aberta, já oferece os balanços para a Comissão e passa por sua fiscalização. Tudo isso será aprovado internamente e também pelo Estado. Então partiremos para a oferta primária e secundária. Em 2017, realizamos somente a oferta primária, que é dinheiro investido apenas dentro da companhia. Agora a ideia é fazer as duas, ou seja, um montante de dinheiro só pra dentro da companhia, para alavancar investimentos, e uma secundária, que é dinheiro para os sócios, sendo que o majoritário é o Estado.

**Em que ponto esse processo está hoje?**

Estamos começando o processo de fazer as contratações das empresas.

**Qual o maior desafio na implantação do IPO?**

Quando se faz o registro na CVM não se pode ter ressalva de balanço. Nós tínhamos duas. A companhia tem uma auditoria independente que faz avaliações anuais e trimestrais e quando detecta algum ponto que não



“  
**Queremos a Oferta Pública para 2019. O período certo vai depender muito da contratação dos bancos. Com o estudo veremos qual período se enquadra melhor”**

está em conformidade ela faz as ressalvas. A primeira era ligada à Operação Decantação e a segunda ligada a nossos estoques. Tentamos tirar as duas no primeiro trimestre, mas conseguimos tirar somente a primeira, através de um trabalho técnico. Em relação aos estoques há muito tempo aconteciam coisas como falta de bater o preço médio de produtos, quantidades, etc. Então, contratamos o SAP, que é uma estrutura de informática de gerenciamento, focando nos materiais, logística, financeira e

como elas serão vendidas vai depender desse estudo feito pelos bancos. Geralmente, o “grosso” é composto por ações preferenciais, que não têm poder de voto. Poucas ordinárias são vendidas. Esse também é um mercado bem flutuante, com investidores a curto e longo prazo. Mas sem dúvida isso será positivo, pois esses investidores irão cobrar resultados, eficiência e transparência. Você vai ter uma gestão eficiente de uma empresa privada, sem perder seu lado social.

**Quantas serão ordinárias?**

Depende do estudo. Se juntarmos três bancos que vão definir se o melhor é oferta primária e secundária e quanto de cada ação será ofertada. A porcentagem da venda vai depender do governo. Também trabalharemos na Assembleia, paralelamente, algumas questões como a possibilidade de vender somente no mercado nacional.

**Em relação a tarifa, haverá mudança?**

Hoje temos um cálculo tarifário baseado nos custos. Estamos passando por um processo de contratação de consultoria da base de ativos da companhia. Isso nunca foi feito e em uma composição tarifária, representa 50% da tarifa. Também estamos buscando outra consultoria que vai fazer uma nova metodologia tarifária, buscando a modificação tarifária, que é uma tarifa mais justa para o consumidor. Posteriormente, iremos apresentar isso para a Agência Reguladora e ver se ela topa fazer a mudança.

**Na prática, qual será a diferença para quem consome?**

A ideia é a busca da eficiência e o melhor para o cliente. Por isso procuramos fazer o máximo com menos. O intuito é dar um atendimento com mais qualidade para o consumidor.

Claro que isso já é uma obrigação nossa, mas queremos não depender do Estado e caminhar com nossas próprias pernas. A partir do momento que gerarmos lucro, teremos dividendos e isso será, além de dividido, reinvestido. (Mariana Carneiro, estagiária do GJC em convênio com a UFG)

contábil. Também mexemos em todo o pessoal da área. Fechamos o balanço ainda nesta semana e vamos publicar no final de agosto. Esperamos que até meio de agosto, internamente, tenhamos o resultado se a ressalva foi retirada ou não.

**Quando a Oferta Pública estará pronta?**

Queremos para 2019. O período certo, em qual trimestre a operação ocorrerá, vai depender muito da contratação dos bancos. Eles fazem esse estudo e através dele veremos qual período se enquadra melhor, uma vez que não depende somente de ações internas da empresa. O cenário político e econômico externo também interfere.

**Quem pode comprar?**

Qualquer pessoa, seja física ou jurídica. Queremos, inclusive, incentivar nossos colaboradores a adquirir ações.

**Esses acionistas vão ter poder dentro da Saneago?**

Existem as ações ordinárias, as preferenciais e as unities, que juntam as duas. Quanto e

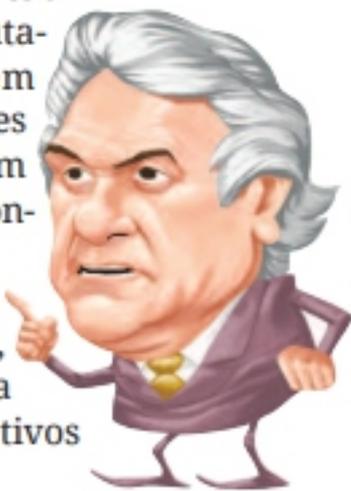


## Xadrez

Rubens Salomão | xadrez@ohoje.com.br

### Divisão interna marca avaliações sobre RRF no governo

A certeza sobre o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) como luz no fim do túnel para os problemas fiscais e financeiros do estado passa por debate interno no governo de Ronaldo Caiado (DEM) sobre a forma de execução. As partes técnica e política têm pensamentos diferentes sobre a maneira como as alterações, necessárias para adesão, deverão ser enviadas à Assembleia Legislativa. Enquanto o setor econômico considera pacote único, com o objetivo de buscar aprovação mais rápida, a parte política avalia que a melhor opção seja enviar conjunto de projetos. A segunda opção possibilitaria mais alternativas durante a negociação com deputados estaduais que, em maioria, têm restrições (para dizer o mínimo) em relação a ações como congelamento de direitos de servidores, cortes em incentivos fiscais, privatizações, além da desconfiança sobre efetivos novos investimentos.



### Calma lá

Oficialmente, auxiliares das duas alas do governo têm discurso comum e plausível. O de que qualquer decisão só será tomada depois de conversas detalhadas em Brasília, com a equipe econômica do governo Bolsonaro.

### Antecipação

A questão é que a adesão já causa arrepios em deputados aliados a Caiado na Alego, que já se cansaram de apagar pequenos incêndios em suas bases, deflagrados por fake news sobre supostas consequências do RRF.

### Ao debate

Na linha de frente está o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), que espera ter conversa nesta semana, antes da volta dos trabalhos, para detalhar as propostas.



## Empresas precisam ter incentivos para virem para Goiás

O economista Marcus Antônio Teodoro afirma que Estado de Goiás está estagnado nos últimos cinco anos. “Goiás parou no tempo. O maior motor de atração de investimentos é o incentivo fiscal. Ele é propulsor de emprego e renda. Houve redução do incentivo para as empresas, guerra fiscal entre os estados e isso fez com que muitas indústrias preferissem ir para outros lugares onde há mais vantagem competitiva”.

Ele ainda afirma que a logística do Estado também está ultrapassada. “As estradas estão muito esburacadas e mal cuidadas. Se a empresa ganha no incentivo, ela perde no custo de transporte e do frete. O grande empresário avalia tudo isso antes de escolher para onde sua empresa vai”, afirma.

Na opinião de Marcus, se o empresário não está vindo para o Estado, os índices de emprego não melhoram. Ele ainda afirma que os principais geradores de emprego e renda são as micro, pequenas e médias empresas. “Para a economia melhorar, essas empresas também têm que entrar em atividade. Nós temos um problema sério em todo país que é o aumento da economia informal. Esse tipo de economia não gera emprego e não é re-

gistrada nos índices”.

O economista cita exemplos de grandes empresas que cooptam profissionais autônomos, antes contratados por CLT. “No setor de serviços, por exemplo, o motoboy que antes poderia ter carteira assinada, está rodando de forma autônoma por empresas de entrega de comida por aplicativo de celular. Muitos deles nem registram CNPJ como Micro Empreendedor Individual (MEI). No setor de serviços o que mais tem é a informalidade”.

### Automação

Com o avanço tecnológico, muitas indústrias estão robotizando parte da produção para contratar menos pessoas. O economista cita como exemplo o serviço dos atendentes de Call Center. “Hoje, grande parte dos Call Centers são robôs. Também existem funcionários que fazem o serviço, mas são os robôs que fazem o primeiro contato com o cliente, a primeira triagem. Quem nunca recebeu a ligação de uma gravação? Esse processo também contribui para a diminuição do emprego”.

O economista também fala sobre o efeito do desemprego no enxugamento dos salários. “Já peguei muito motorista de aplicativo com

diploma de engenharia, contabilidade, arquitetura. As contas não param de chegar e não tem emprego. Quando tem o emprego, o salário é baixo. Com a taxa de desemprego alta, as empresas vão reduzir os salários”.

“ Houve redução do incentivo para as empresas, guerra fiscal entre os estados e isso fez com que muitas indústrias preferissem ir para outros lugares.”

**Marcus Teodoro, economia**

Ele também explica que a crise econômica é péssima, mas há quem ganhe com ela. “O grande empresário pode se beneficiar com a crise porque cai o preço de ações na bolsa, de imóveis e quem tem dinheiro investe nisso. Além disso, os donos de empresas podem demitir funcionários para fazerem novas contratações com salários mais baixos. É o empresário de baixa renda e o trabalhador quem

mais sofrem de imediato”.

### Contratação irregular

Sob anonimato, uma fonte revelou que a filial de Goiânia do escritório de advocacia Nelson Wilians Advogados Associados, um dos maiores do Brasil, está contratando advogados com um salário nada compatível com a profissão. A contratação é firmada como associado, mas o trabalhador não tem nenhuma participação dos lucros da empresa e não recebe nenhuma parte de honorários. O salário oferecido é de R\$ 1.5 mil e uma das exigências da vaga é possuir carro próprio.

“O advogado trabalha o ano inteiro, não tem direito a 13º salário, nem férias e não participa dos lucros que deveria ser obrigatório por ser associado. O escritório que advoga grandes empresas como Petrobrás e Caixa Econômica Federal, já demitiu cerca de 20 pessoas para poder fazer novas contratações com salários mais baixos”, afirma a fonte.

A empresa afirma que todas as relações contratuais com os advogados seguem os termos vigentes da lei e estão de acordo com o estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ela explica ain-

da que, em tese, a parceria com os associados pode ser feita com base nos termos dos artigos 39 e 40 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia, bem como no Provimento 169/2015 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que permite que o profissional seja contratado exclusivamente para prestar serviço em determinada ação, ou ações de um cliente específico sendo sua remuneração pré-fixada ou aferida pelo resultado e complexidade do caso, ou carteira, tudo previamente acordado dentro destes parâmetros legais.

### Realidade fiscal

Para Marcus, a situação está longe de ser otimista. “O caso do Estado de Goiás está bem difícil. O governo está tentando manter um equilíbrio imenso para driblar a crise fiscal, mas está em dificuldades para atrair empresas e gerar empregos. Isso não está acontecendo só com o Estado, mas com o Brasil de forma geral. O esforço de Goiás para geração de empregos está na penumbra, o governo tem que ser mais ágil. A resposta tem que ser o incentivo fiscal às empresas”.